

Cultura é *ovni* na campanha eleitoral

Para a maioria dos candidatos ao governo do DF, discutir as propostas culturais é perder tempo na campanha. O assunto é um objeto voador não-identificado

Máximo Manzolillo

Órfã eterna da política brasileira e indigente maior das campanhas eleitorais, a cultura vai às urnas com a cuia de quem mendiga estrutura e recursos, mas depara-se com homens públicos que estão mais para Esparta que Atenas. Com a clareza de quem vive uma era de privatizações, regulamentações e liberalizações, os candidatos ao governo do Distrito Federal prometem minúcias do nada, detalhes do vazio e a luz do acaso. Em discursos coalhados de lugares-comuns, *kitsch* e as inevitáveis promessas, os postulantes ao Buriti têm a noção do que prometer, ao mesmo tempo em que tornam obscuro o "como fazer".

No liquidificador político, cultura às vezes se resume ao lazer e ao esporte; em outras, é uma área prioritária logo após transporte, habitação, saúde, educação, segurança, agricultura e finanças; e, em certos casos, limita-se ao som da zabumba e do triângulo em alguma praça pública. Nesse salameleque de idéias, os candidatos ao GDF parecem concordar em um aspecto principal: é necessário democratizar o espaço cultural da cidade e consolidar uma estrutura que permita a Brasília ter uma identidade — as divergências, e as interrogações, estão na forma.

Imprópria — Do alto do palanque ou em debates e entrevistas de temas variados, os concorrentes Maurício Corrêa, Joaquim Roriz, Carlos Saraiva, Elmo Serejo e Adolfo Lopes quase nada falam sobre aspectos culturais, prevalecendo o pragmatismo do voto, onde os problemas sociais prementes possibilitam um retorno imediato e mais "lucrativo". Para analisar questões dessa área, os políticos em maratona eleitoral nem sempre se propõem a uma conversa direta (ver boxe), evitando a perda de minutos preciosos de campanha ao enviar ou preparar textos sobre os temas de interesse da cultura. Antes que nada, o segundo plano.

O acirramento do ânimo eleitoral levou os candidatos a manterem uma distância asséptica de polêmicas do dia-a-dia e a tornar raras declarações que pudessem municiar o adversário. Nessa senda dos conflitos, a cultura acaba por cair na vala comum das "discussões impróprias para o momento", tornando-se uma matéria de debate entre assessores. A pasteurização, nesse caso, é um fato, distanciando as propostas apresentadas como sendo de campanha do real pensamento dos postulantes ao governo — às vezes, indo de encontro a suas próprias idéias — caracterizando-se como um tratado que pode não ser de muita valia na prática.



Abaixo, seis "assuntos" culturais e as "soluções" de cada candidato ao governo do Distrito Federal

FESTIVAL DE CINEMA

Adolfo Lopes (PT do B)

• Novas fontes de captação de recursos garantiriam um evento de alto nível, mas não se pode investir sem que haja o mínimo de organização e profissionalismo.

Elmo Serejo (Movimento Liberal Progressista)

• O governo deve estimular diretamente sua realização, mesmo que com uma completa dependência das finanças públicas. Um investimento racional viabiliza e garante o evento no calendário cultural.

Maurício Corrêa (Frente Popular)

• Para garantir uma manutenção competente é preciso discutir o festival dentro de um cenário de penúria da produção cinematográfica brasileira. Nesse foco, é preciso buscar novos públicos.

Carlos Saraiva (PT)

• Novas formas de produção cultural, como o vídeo e as experiências independentes, podem revitalizar o evento, apesar da crise cinematográfica ditada pela política recessiva. Deve voltar a ser ponto de referência cultural.

Joaquim Roriz (Frente Comunidade)

• A receita não é a estatização dos recursos, demonstrou a gestão anterior. O financiamento de empresas privadas reerguerá o festival e permitirá que Brasília sedie um pólo de produção cinematográfica.

CULTURA NAS SATÉLITES

Adolfo Lopes (PT do B)

• Aprimoramento dos espaços é fundamental. Matéria de interesse prioritário que merecerá um estudo (e plebiscito) sobre a municipalização das ações, como forma de fortalecer a descentralização.

Elmo Serejo (Movimento Liberal Progressista)

• Dotar as satélites de uma infra-estrutura cultural equivalente ao do Plano Piloto, principalmente com a abertura de bibliotecas e auditórios, integrando as cidades no processo de identificação de Brasília.

Maurício Corrêa (Frente Popular)

• Importância equivalente entre satélites e Plano Piloto, mas os privilégios dados por governos anteriores à área central da cidade é um fato a se considerar. Faz parte do projeto de acesso aos bens culturais.

Carlos Saraiva (PT)

• O princípio geral é tratar mais como cidades do que propriamente como satélites, o que significa autonomia para traçar o destino. Existe a idéia para se criar, nas administrações regionais, o cargo de assessor cultural.

Joaquim Roriz (Frente Comunidade)

• O fundamental é dar participação à comunidade. Preocupa "bastante" a inexistência de espaços nas satélites para as manifestações artísticas. O povo exige muito pouco, mas não tem recebido quase nada.

SECRETARIA DE CULTURA

Adolfo Lopes (PT do B)

• O secretário será indicado após discussão com a comunidade cultural. Todos os dirigentes, até aqui, se mostraram fora de sintonia com a cidade e transformaram o órgão em um administrador de esmolas.

Elmo Serejo (Movimento Liberal Progressista)

• Liberdade na formação da equipe não havendo necessidade de referendar o secretário indicado junto à comunidade cultural. Não repetirá a fórmula de sua gestão biônica, quando "importou" o secretário Rui Pereira.

Maurício Corrêa (Frente Popular)

• O órgão foi criado em momento inoportuno e de forma inadequada, mas não será extinto. Reestudo e descentralização da estrutura ficarão a cargo de Vladimir Carvalho, B. de Paiva e Maria Duarte, entre outros.

Carlos Saraiva (PT)

• A idéia básica preponderante é ouvir a comunidade quando for mais claro o quadro político, possivelmente a partir do segundo turno das eleições. "Brasília tem pensadores capazes de conduzir uma política cultural com bastante acerto".

Joaquim Roriz (Frente Comunidade)

• É ponto pacífico a não-discussão de nomes para a formação do secretariado, valendo tal regra também para a Cultura. O indicado será conhecido somente após a eleição.

CENTRO FEDERAL DE CULTURA

Adolfo Lopes (PT do B)

• Preocupação maior é com o acesso da maior parte da população aos espaços culturais. Garantida essa facilidade, apóia qualquer forma de expansão que garanta eventos de cultura popular. Não analisou detalhes do projeto.

Elmo Serejo (Movimento Liberal Progressista)

• Mesmo com a emancipação, a crise desses tempos indicam que Brasília não comporta obra desse porte, mas o governo se comprometeria a encampar o projeto e apoiaria sua execução pelo Governo Federal. Consolidaria a cultura.

Maurício Corrêa (Frente Popular)

• De difícil acesso para a população, o local do Centro está circundado por outros espaços — museus, teatros, salas, parques, memorial e planetário — que estão ociosos ou fechados. Matéria exige grande debate.

Carlos Saraiva (PT)

• Projeto de responsabilidade do Governo Federal inexecutável a curto prazo, que exigiria um debate com toda a população. Não é questão prioritária e seria "desrespeito" desviar recursos de projetos mais urgentes.

Joaquim Roriz (Frente Comunidade)

• Antes de se pensar em um projeto desse porte, é preciso recuperar o Teatro Nacional, completar a efetivação da Biblioteca Central, a instalação do Espaço da 508 Sul e dinamizar casas de cultura. A partir daí, pensaremos em concretizá-lo.

MAB/SALÃO DE ARTES PLÁSTICAS

Adolfo Lopes (PT do B)

• A efetivação de espaços nas artes plásticas depende do sucesso de sua política de captação de recursos, que prevê a criação de loterias e o "casamento" de investimentos industriais com a cultura, na forma de "adoção".

Elmo Serejo (Movimento Liberal Progressista)

• Interessa à equipe de cultura a conclusão de qualquer obra e projeto nessa área. Vale o conceito de que o Estado deve se esforçar para alocar recursos na cultura. Verba para acervo não seria irrisória, mas não há definição quanto à fonte.

Maurício Corrêa (Frente Popular)

• Manutenção óbvia e alterações possíveis — decididas após debates com representantes do meio. O apoio ao MAB vem acompanhado da mesma interrogação sobre a ociosidade do espaço e sua utilização pela população.

Carlos Saraiva (PT)

• O Museu não tem a infra-estrutura mínima necessária, sendo fundamental reformá-lo e equipá-lo. O acesso dificulta a popularização. Fortalecer o salão é básico para tirar Brasília do isolamento cultural.

Joaquim Roriz (Frente Comunidade)

• Pequeno equívoco na proposta. Pretende levar o acervo do MAB para o Museu de Arte Contemporânea, na Praça do Buriti, como forma de facilitar o acesso do público. O Salão permanece no calendário, mas não detinha como incentivá-lo.

CENTRO CULTURAL / 508 SUL

Adolfo Lopes (PT do B)

• Pronto e acabado, o espaço será aproveitado dentro da ótica de se abrir a cultura à população: Um exótico inventário definirá os artistas e grupos aptos a utilizarem as salas recuperadas com recursos japoneses.

Elmo Serejo (Movimento Liberal Progressista)

• Encaixa-se na política de democratização dos espaços que promete implantar. Prioridade é quanto as salas, bibliotecas e auditórios a serem criados nas satélites. Plano Piloto só precisa de administração eficiente.

Maurício Corrêa (Frente Popular)

• Convênio firmado pelo GDF com a organização japonesa MOA requer um estudo mais aprofundado quanto à forma de uso desse espaço. A idéia básica é preservar o aspecto tradicional das salas, garantindo seu uso e manutenção.

Carlos Saraiva (PT)

• Exemplo maior da adoção de um espaço cultural pela iniciativa privada e sua consequente reativação para o público. Tradicional centro de cultura, pode-se constituir em espaço prioritário da manifestação artística da cidade.

Joaquim Roriz (Frente Comunidade)

• Com sua conclusão, a própria cidade decidirá a forma com que será aproveitado, já tendo opinado até no projeto de arquitetura. Sua recuperação foi garantida com recursos da Associação Mokiti Okada, em acordo da sua gestão passada.